

A cidade Morreu?! Viva a cidade!

La ciudad Murió?! Viva la ciudad!

Rosilaine Souza de Araújo da Silva

Mestranda em geografia UFF/ Niterói –RJ

Professora de Geografia na Faculdade de Filosofia de Campo Grande – FFCG/FEUC

rosesaprof@yahoo.com.br

Resumo: Confusões teóricas permeiam as discussões sobre a cidade e o urbano. A partir de Lefebvre, que aponta a “morte da cidade”, pois estaria a serviço do capital, como valor único de troca. Apontamos a possibilidade de resgate dos valores de uso da cidade a partir do cotidiano.

Resumen: Confusiones teóricas permeiam las discusiones sobre la ciudad y el urbano. En Lefebvre, que apunta la "muerte de la ciudad" debido a que serviría el capital, como único valor de intercambio. Indicamos la posibilidad de rescate de valores de uso de la ciudad desde lo cotidiano.

Palavras-chave: Urbano, Cidade, Capital, Lutas.

Palabras clave: Urbano, ciudad, capital, peleas.

A Cidade

Nação Zumbi

Composição: Chico Science

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrôs

Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares
No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.

As reflexões teóricas em relação ao urbano¹ por vezes deixam confusões acerca de definições sobre cidade e urbano, confusões que se incorporam às práticas, seja na escala governamental, (que por vezes se utiliza destas confusões) ou do cidadão e sua vivência cotidiana no urbano e na cidade. Neste sentido, este ensaio tenta fazer o exercício de resgatar a categoria cidade e o urbano a partir de alguns autores(as) e problematizar, como cidadã-pesquisadora a partir de angustias criadas em sala de aula, ora como aluna, ora como professora.

É comum encaminhar-se a discussão a cerca das quantidades, ou seja, tratar do urbano e da cidade é direcionar o discurso (acadêmico e popular) as concentrações, amontoados/aglomerados de homens e mulheres, por entre prédios, avenidas, sinais, engarrafamentos, o concreto armado, o asfalto, que poderíamos na lógica das dualidades, dizer é o oposto das características das áreas rurais, e ainda, as próprias relações de produção que distinguem cidade – campo, o primeiro, atividades secundárias e terciárias e o campo as atividades primárias (é possível fazer essa afirmação hoje, sem correr o risco de esvaziamento?). Neste sentido temos a indicação de Singer (1973, p.137):

“Trata-se de uma aglomeração humana, de um conjunto de pessoas vivendo próximas umas das outras. As discussões giram ao redor do tamanho mínimo desta aglomeração: alguns pretendem que seja de 2.000 habitantes, outros propõem 5.000 e assim por diante”.

Ainda é possível perceber através da atuação governamental, na escala municipal, uma política (ou politicagem) de incorporação de áreas através da cobrança do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) que é direcionado às prefeituras. A título

¹ É importante apontar que “A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de pensar a cidade, sinalizando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa”. (CARLOS:2004,18).

de exemplificação, em 2006 a prefeitura de Nova Iguaçu - Baixada Fluminense do Rio de Janeiro emitiu a cobrança do referido imposto aos assentados de “Terra Prometida” integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que resistiram ao pagamento através dos argumentos: a paisagem do lugar (Tinguá) nas proximidades do assentamento é composto por fazendas², o assentamento rural tem por objetivo central o resgate da função da terra para a sobrevivência, através da agricultura.

Em menor análise o urbano e a cidade são percebidos em suas qualidades: vivência espaço-tempo diferenciados, o desenrolar das ações cotidianas, o modo de vida e como a partir da evolução sócio-espacial da cidade (e do capitalismo), incorporam-se práticas mais intensas de trabalho estabelecendo o espaço-tempo de reprodução capital-mercadoria sobreposto a reprodução do espaço-tempo do corpo-vida, como aponta Carlos (1996, p. 132):

“O espaço urbano não é uma consequência mecânica (...) mais que condição geral, é também modo de vida, representa valores culturais e produz um novo homem – com aspirações que se renovam e valores que se redefinem na relação com o outro”.

Atentaremos para uma análise onde é indissociável perceber o urbano e a cidade a partir de suas “qualidades – quantidades” onde a compreensão do urbano deve emergir do acontecer cotidiano, onde o espaço é apropriado para a reprodução da vida, no entanto, também é o espaço da reprodução do capital, e dessa relação contraditória revela-se à cidade como campo de lutas, onde se acentua os conflitos sociais urbanos, segundo Carlos (1994, p. 100) “a cidade é o campo privilegiado das lutas de classes” ou ainda segundo a autora (p. 181) “é cada vez mais gritante a contradição entre a produção da riqueza e a geração da pobreza, expressa no uso do solo e nas pautas de reivindicação dos movimentos sociais “urbanos””.

² Embora as fazendas não tenham função social (possuem apenas “meia dúzia” de gado), dispõem de grande extensão de terras.

Neste sentido, algumas elucidações devem ser feitas, principalmente no que tange a cidade e o urbano. A consulta a um dicionário nos traz a seguinte definição de cidade e urbano:

“complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, ou seja, dedicada a atividades de caráter comercial, industrial, financeiro e cultural; povoação de primeira categoria, de maior importância e grandeza; a parte mais antiga ou central dessa povoação” enquanto urbano será “relativo ou próprio à cidade”³.

É importante ressaltar, a partir da definição acima, a importância das relações de produção, as relações econômicas (por si) definindo a organização sócio-espacial, e ainda a sobreposição histórica da cidade ao campo, fato questionado em O Direito à cidade, onde Lefbvre (2001:107) já denunciava:

“Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas idéias e “valores”, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de predomínio rural e “natural”. Esporádicas cidades apenas emergiam do oceano do campo”.

Segundo a classificação oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) toda sede de município é considerada uma cidade, independentemente de seu número de habitantes, que só influenciará na escala da cidade (Desde a cidade pequena de 500 a 100 mil habitantes a megacidade acima de 10 milhões).

No entanto, mesmo a partir da definição (simplificada) estabelecida pelo IBGE persistem confusões, por exemplo, em 1968 foi aprovada uma lei pelo antigo estado da Guanabara (lei 1.627 – deputado Frederico Trotta) o reconhecimento como “cidade” o bairro de campo Grande (na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro), “passando a

³ Retirado do site http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx, visitado em 26/04/2008.

denominar-se cidade de Campo Grande”, ora é possível? Campo Grande enquanto bairro não seria apenas um prolongamento da cidade/sede do município?

Percebemos, que existe contradições profundas e que insistem em permanecer quando o assunto é a cidade e o urbano, é importante apontar que dado ao caráter cada vez mais complexo das relações sócio-espaciais, que nos impossibilita identificar facilmente o que é urbano ou rural, ou ainda, se é possível distingui-los, pois estão imbricados, tal que autores (não tão recentemente) já os re-significam, tal como ru-urbano, franjas urbanas, etc.

Vale destacar que, principalmente no caso brasileiro, o próprio urbano tem se re-significado, com a constituição de 1988, por exemplo, temos o estabelecimento da função social da propriedade privada urbana e em 2001 o Estatuto da cidade que possibilitou a discussão de uma cidade mais justa, eqüitativa e democrática, se tornando instrumento de luta de movimentos sociais urbanos, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados) e mais recentemente o Ministério das cidades.

Neste sentido, Souza (2003:27) nos apresenta uma diferenciação em relação campo – cidade, e, por conseguinte uma definição para cidade, que se baliza nas relações de produção, embora levante ao longo de sua obra a importância da cultura e das relações de poder.

A “lógica” rural é a da terra enquanto terra de trabalho para a agricultura e a pecuária; o solo, aqui, tem um valor não apenas devido à localização do terreno, mas também um valor intrínseco, devido às diferenças de fertilidade natural. Já a “lógica” urbana é a do solo enquanto um simples suporte para as atividades que independem de seus atributos de fertilidade”.

A partir deste fragmento, Souza nos traz uma pista sobre as qualidades para re-significar o rural e o urbano (Lefebvre: 2001; Carlos: 2004) que trata de seu valor de uso, ou ainda, o valor de troca. Vale dizer que entendemos e concordamos (em parte) com a diferenciação levantada pelo autor entre terra (significação, valor de uso) e solo

(enquanto suporte, valor de troca), no entanto, não a entendemos como máxima, ou seja, a partir da lógica do agro-negócio que deixa de ser agro-cultura⁴, sujeitos hegemônicos que utilizam a terra como recurso, como fim último de reprodução do capital.

Para Corrêa (2003) a cidade/ urbano é o espaço onde vive parcela significativa da população, os investimentos de capital são maiores e, ainda, é o lugar dos conflitos sociais, segundo o autor *“o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”* (2003,09).

É possível dizer, que por vezes urbano e cidade recebem mesma significação teórica-prática, ou são definidos a partir das relações de produção, ou ainda, são tratados com as características gerais de um espaço (rural ou urbano) capitalista.

Para Porto-Gonçalves *“o mundo aparece como se já fosse há muito tempo urbano. Trata-se, na verdade, de uma ideologia urbanocêntrica que constitui um dos pilares da ideologia dominante desde a tradição grega e, que no capitalismo, atinge seu auge”*. (Jornal Brasil de Fato: Nov/Dez, 2007), sendo assim, a expansão (estratégica e ideológica) do modo de vida urbano, pautado na lógica do consumo (consumismo) e da competitividade se tornam alicerces das formas, funções, estruturas e processos que se desenrolam na cidade (e para além da cidade no espaço urbano).

A obra de Henri Lefebvre, trará novas pistas, a primeira trata de diferenciar cidade e urbano, segundo o autor desde o surgimento das cidades, que pré-existem ao capitalismo, o urbano (qualidade) estava aprisionado a cidade (quantidade), as relações produtivas e a divisão do trabalho que se estabelecia. Essa relação se modifica ao longo do tempo no espaço e segundo Lefebvre o processo de industrialização provoca “o ponto crítico”, que possibilita falarmos da expansão/explosão do urbano (urbanidade) que ultrapassa a cidade⁵.

Sendo assim, o urbano que estava restrito/aprisionado a cidade, se “liberta” através do modo de vida urbano que atinge a sociedade (tempo-espaço vividos, cotidianamente) para além da cidade, em áreas periféricas onde o acesso/direito à

⁴ Expressão usada por Porto-Gonçalves em artigo “Em busca de precisão conceitual” (2007).

⁵ No livro O Direito a cidade, Lefebvre traz a reflexão da implosão (aumento do núcleo central da cidade) e explosão (urbano ultrapassando os limites da cidade) do urbano e ainda dos conceitos de urbanidade e ruralidade.

cidade é precário e/ou inexistente, ou ainda, em áreas rurais, onde a influência das práticas cotidianas do urbano são perceptíveis nas roupas, objetos técnicos como parabólicas, etc.

Para aqueles(as) que habitam o espaço urbano periférico (os espaços do obedecer) do município do Rio de Janeiro, é comum a frase “Vou a cidade”, referindo-se ao lugar da centralidade econômica, política, cultural, o espaço das decisões e concentração de poder. Ora, os(as) referidos(as) moradores(as), possuem como balizador de seus processos identitários a vida urbana (o modo de vida urbano), no entanto, percebem nas relações mais banais a diferenciação dos usos da cidade, a sua exclusão no acesso à cidade e aos instrumentos urbanos.

A partir destas mudanças (qualidades/quantidades) que passa a cidade, Lefebvre afirma “a cidade está morta”, a cidade geohistoricamente formada não existe mais, pois o valor de uso (necessidades, desejos subjetivos da realização da vida do ser) foi subjugado pelo valor de troca da cidade capitalista, baseada na acumulação, no consumo de mercadorias e produtos, restritos a uma maioria da população urbana que não tem direito à cidade.

Segundo Carlos (2004:28)

*“Lefebvre nos coloca diante da idéia de que o modo de produção precisa se reproduzir, uma reprodução que não coincide com a produção dos meios de produção; mais se efetuará também em outros planos – colocando-nos diante das **“novas produções”**⁶ capazes de explicitar o mundo moderno: o espaço, o urbano, o cotidiano (cotidianeidade)”*

Novos padrões de reprodução capitalista se estabelecem a partir da apropriação do desenrolar cotidiano da vida, dos encontros, aglomerações, simultaneidades, das festas, dos lugares, Ruy Moreira revela “O espaço foi descoberto pelo capital como instrumento de acumulação e poder” (2007) e neste sentido, a cidade tem sido símbolo das lutas de classes, frações de classes atual, expropriando a maioria dos

⁶ Grifo da autora.

trabalhadores(as) e revelando sujeitos hegemônicos mundiais de capital imobiliário, bancário, industrial, fundiário (ou, por que não, a junção destes capitais) que desembocam na cidade, em sua mediação .

No entanto, Lefebvre intima, temos que “encarar a construção de uma nova cidade”, onde o homem (novo) seria obra e não produto, que as relações prático-sensíveis do tempo-espço seja construída para o corpo, em que objetivo central seja a felicidade, a solidariedade, a esperança em vez da lucratividade e o tempo do capital. A partir da leitura de Milton Santos, podemos afirmar que a cidade após o resgate do valor de uso e do homem como obra, possibilitará através dos sujeitos hegemônizados a construção de novas horizontalidades e/ou racionalidades rompendo com o poder dominante.

Autores como Simmel (1979) e Park (1979) apontam à cidade como local da liberdade, no entanto, Lefebvre tecendo uma crítica indica que a cidade, no capitalismo, serve para a *“exploração de toda sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes)”* (2001, p.57), sendo assim, a cidade, se apresenta muito mais para a dominação da sociedade, do que para a libertação de seus diferentes grupos, por conta disso o autor levanta a urgência de *“encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade”* (2001, p.105). Por entendermos a cidade como o lugar da opressão, dos conflitos e por tanto, das resistências, partilhamos dos horizontes utópicos do autor, onde o valor, os significados, os ritmos da cidade precisam ser reconstruídos, e acreditamos que isso se dará pelo empoderamento dos novos homens e mulheres, hoje, em situação de opressão. Neste cenário Santos (2008, p.11) chama a atenção *“a cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade e de soluções”*.

Carlos traz outra pista, segundo a autora, é possível perceber a hegemonia da cidade do capital através da acumulação, das aglomerações, da complexa e perversa divisão do trabalho, da articulação dos negócios (produção, distribuição, consumo) e que se opõe ao homem, a cidade do cidadão. Neste sentido a cidade está partida. Temos então um alerta, a questão não se reduz à cidade, e ainda, vai além da

sociedade urbana, se trata do capitalismo e do direcionamento das técnicas para a reprodução do capital e não da vida.

Assim a apropriação das cidades pelos diferentes grupos sociais urbanos (e rurais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que utilizam as cidades como cenário de manifestações, marchas, resistência, conflitos) possibilita pensar na “morte” da cidade como fim último da reprodução da mercadoria, do sistema capitalista e na possibilidade através do incessante fazer cotidiano da cidade (as diferentes geo-grafias urbanas) emergir resistências, lutas. Neste sentido, Viva a cidade!

Bibliografia

ABREU, Mauricio. *Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

BINSZTOK, Jacob. Crise e construção de uma nova ordem territorial no Estado do Rio de Janeiro. In: *Geographia*. Vol. 1, nº2, Niterói: 1999.

BOTELHO, Sonia Elza P. Chiara. *Organização Espacial do Distrito de Campo Grande*. Monografia de Graduação no Departamento de Geografia UERJ, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). *Os Caminhos da reflexão sobre: A cidade e o Urbano*. São Paulo: USP, 1994.

_____. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras? In: *Revista do Rio de Janeiro*. Vol. 1, nº3 – maio/agosto, Niterói: 1986.

COUTINHO, Márcia. Regularização de Loteamentos. In: *4 estudos*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2003.

CUNHA, Murilo Alves. *O Novo Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A, 1975.

Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

FERNANDES, Nelson Nóbrega. O rapto da categoria Subúrbio. Dissertação de mestrado no IGEO da UFRJ. Rio de Janeiro: 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A Urbanização realmente existente*. *Jornal Brasil de Fato*: Nov/Dez, 2007.

GÓMES, Jorge Montenegro. *Desenvolvimento em (DES)construção: Narrativas Escalares Sobre Desenvolvimento Territorial Rural*. Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO. Otávio Guilherme. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO. Otávio Guilherme. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2006.

JESUS, Cristina Souza. *A Questão Habitacional na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro: favelas e Loteamentos Irregulares e Clandestinos*. Monografia de Graduação no Departamento de Geografia UERJ, 1990.

LAGO, Luciana Corrêa do. *O Movimento de Loteamentos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1990. Dissertação, mestrado em Planejamento Urbano e Regional.

_____. *Favela – loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana*. X Encontro Nacional ANPUR: 2002.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MOREIRA. Ruy. Pensar e Ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2007.

PARK. Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO. Otávio Guilherme. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

REDE JUBILEU SUL. O Brasil que queremos: Assembléia popular Mutirão por um novo Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS. Carlos Nelson Ferreira. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. A Urbanização brasileira. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. Pensando o espaço do homem. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

Secretaria de habitação

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. 5 ed. São Paulo: brasiliense, 1973.

SILVA, Célia Regina. *Contexto, Lugar e Memória: Representações de cidade no imaginário popular*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1999.

SIMMEL. Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO. Otávio Guilherme. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. *A Prisão e a Agora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da Gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.